

Emanuel Cardoso da Silva Zampirou

A RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Orientador: Prof. Dr. Helton Adverse

Linha de Pesquisa: Filosofia Política

Trabalho monográfico apresentado ao Departamento de Filosofia da Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, como requisito do Curso de Especialização em
Temas Filosóficos, com vistas à obtenção de crédito

Monografia defendida, em 20 de abril de 2012, com a nota _____, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Helton Adverse (Orientador) - UFMG

Prof. Dr. Carlo Gabriel Kszan Pancera - UFMG

Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 20 de abril de 2012.

Agradecimentos:

Agradeço a orientação do professor Dr. Helton Adverse.

RESUMO *Para Maquiavel, a relação entre religião e política é determinante para o crescimento ou decadência de um império. A Roma antiga apresentada por Maquiavel era próspera exatamente por causa da sua religião, que valorizava as glórias mundanas, e mantinha o povo obediente à lei, enquanto que a religião da Roma Cristã, corrompida pelos papas, enfraquecia o ânimo do povo, pois valorizava a humildade e a contemplação.*

Palavras-chave: Maquiavel, religião, política, Roma, decadência

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	06
2.	O CONCEITO DE RELIGIÃO NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL	07
3.	AS DUAS ROMAS.....	09
4.	A RELIGIÃO COMO INSTRUMENTO POLÍTICO NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL.....	11
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a relação entre religião e política no pensamento político de Maquiavel. A relação entre religião e política na história da filosofia sempre será uma questão controversa. Com respeito a sua análise técnica, ou seja, dos meios pelos quais os Estados podem se organizar, fora os gregos que deram início a sua reflexão, especificamente com Platão e Aristóteles. Mas, a partir do século V d.C., pode-se afirmar que houve uma cristianização do pensamento político; assim, ao longo de toda a Idade Média, a religião influenciou diretamente o pensamento político. Para João de Salisbury, “se o príncipe é a cabeça, a alma do corpo político é a Igreja” (ADAMS, 2006. p.29), a Igreja não era somente um poder espiritual, mas também material; com isto, os papas aumentaram o poder político da Igreja. À luz desse contexto se deve compreender porque Maquiavel no início do século XVI começa a questionar como o poder político da Igreja estava levando a Itália à decadência, porque este império que fora tão poderoso no passado atualmente era conduzido à ruína.

É importante destacar que o momento histórico maquiaveliano, conhecido como Renascença, postulava como programa um retorno aos antigos. Sendo assim, o primeiro ponto a considerar no pensamento político de Maquiavel é exatamente esse retorno aos antigos, sobretudo à obra do historiador romano Tito Lívio. A análise empreendida por Maquiavel sobre os dez primeiros livros de Tito Lívio pode encontrar os principais motivos que levaram o Império Romano à decadência: sendo a religião um dos motivos dessa falência. Para Maquiavel, a interpretação da religião cristã empreendida pelos papas enfraquecia o povo italiano, pois desprezava as glórias mundanas, a força do corpo, entre outras coisas, que só aumentam o poder de um império.

Frente a essa questão, o presente trabalho se propõe a analisar a relação do pensamento político de Maquiavel com a religião, e seus apontamentos para a salvação da Roma Cristã. O presente trabalho será dividido em três partes. A primeira consiste num exame do conceito de religião no pensamento político de Maquiavel; na segunda parte, analisar-se-á como a religião da Roma antiga auxiliava na organização do Estado, e como a religião da Roma cristã tem fracassado nesse processo. Na terceira e última parte, discutir-se-á a religião como instrumento político.

2. O CONCEITO DE RELIGIÃO NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Maquiavel refere-se ao tema da religião principalmente nos *Discorsi*, onde apresenta um pequeno tratado sobre o tema; no capítulo 10, reveste-se de interesse para a análise a observação maquiaveliana de “que entre os homens louvados (*laudati*), os mais louvados (*laudatissimi*), são os cabeças e fundadores de religiões”¹. O tema da religião nesse capítulo está associado à figura do fundador, sendo que o fundador de religião é apresentado como parte desse processo de construção, ou refundação, sendo, sua finalidade apenas política. A reflexão que Maquiavel destaca nos *Discorsi* sobre o tema da religião é sempre a partir da perspectiva política (ADVERSE, 2009: 90-91).

Segundo Santos (SANTOS, 2006. p.33), a religião é aquilo que nos preocupa de forma última; é um aspecto espiritual do ser humano, último e incondicionado. A religião, como fenômeno sociocultural, é uma forma de consciência que dá sentido à vida e que organiza o ser humano em comunidade. A religião se expressa através de símbolos e suas narrativas servem de base para construção teológica de suas doutrinas, enquanto instituição, cuja função é exercer o monopólio sobre a cosmovisão religiosa. Então, cabe à autoridade religiosa interpretar os símbolos religiosos e dogmatizá-los, tornando-se a mediadora entre o ser humano e Deus. Essa forma de poder permitiu a negociação política entre a religião e o estado. Porém, essa estrutura religiosa começa a entrar em crise a partir do século XVI; devido aos avanços da ciência, e assim, a autoridade do Papa passa a ser questionada devido a esses avanços (cf. DRI, 2000. p.101).

Nesse aspecto, o interesse de Maquiavel passa pela identificação de como essas formas de expressões religiosas, tanto a antiga como a cristã, poderiam auxiliar ou arruinar o Estado em sua organização social e política. Para Maquiavel, a religião, é uma forma política de controle e base para o respeito à lei, ajuda a salvar reinos e mantém o povo civilizado e unido (BROWN, 2010. p.166). Afirma, ademais, que toda religião possui uma origem humana. Assim, um dos métodos essenciais para a organização do Estado é civilizar seus cidadãos, por meio da religião, tornando-os virtuosos. Maquiavel argumenta que as instituições mais importantes de uma cidade são aquelas que promovem a defesa do culto religioso. A educação religiosa pode assegurar a grandeza de uma república, mas, ao contrário, a

¹ MAQUIAVEL, N. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 34. Doravante, *Discursos*, para as demais referências a esta obra, sempre no corpo do texto.

corrupção da religião é a ruína de uma república (ver SKINNER, 1998. p.90). Assim, a religião é temor de Deus (*timore di Dio*), mas, ao mesmo tempo, pode assegurar a liberdade e, como tal, instrumento que só poderia existir numa república. Com a análise empreendida em seguida, veremos a diferença entre a religião da Roma antiga e na cristã, e quais as suas implicações para organização do estado.

3. AS DUAS ROMAS

Na república romana, a religião assegurava a liberdade, tornava os homens mais fortes e corajosos. Os romanos entenderam perfeitamente como fazer uso da religião para obter o bem estar comum. O tratamento da religião para os romanos era político, posto que havia uma correlação entre essas duas esferas; a religião permeava a política. Numa – antigo governante romano – reconheceu que o estabelecimento do culto cívico era totalmente necessário para conservar a comunidade civilizada (*Ibidem*, p. 91). Então, a religião era o fundamento para manter a ordem social. Numa obteve muito mais sucesso que o seu antecessor ao recorrer à religião, descreve Maquiavel.

O aspecto mais importante da religião para o pensamento de Maquiavel era o temor a Deus. A religião permitia a Roma antiga realizar empreendimentos incríveis, que sem a religião seriam impossíveis; dessarte, o temor de Deus dava força aos juramentos. Os cidadãos se sentiam presos aos juramentos, e, com efeito, “aqueles cidadãos temiam muito mais violar um juramento que as leis (...)”². Enquanto houvesse crença nos deuses, ou a religião respondesse às necessidades religiosas e sociais, estes permaneceriam unidos. Os juramentos constituíam, dessa maneira, uma base sólida para construção e manutenção da ordem social (DRI, 2000. p.109). Maquiavel descreve, nos *Discursos* (p. 199), como a religião antiga fortalecia os homens:

A pompa das cerimônias antigas era igual à sua magnificência. Havia sacrifícios bárbaros e sangrentos, nos quais muitos animais eram degolados; a visão reiterada do espetáculo tão cruel endurecia os homens. A religião antiga (...) só atribuía honras divinas aos mortais tocados pela glória mundana, como capitães famosos, ou chefes de Estado.

Essa estrutura religiosa, no contexto antigo, cumpria exatamente duas funções. Por um lado, *garantia a obediência*, quando a organização política ou a força da lei não fosse suficiente. Sendo assim, um povo não poderia ser civilizado

² *Discursos*, p. 49.

apenas no campo da força; a religião teria um papel imprescindível para manter a vida civil. Seria a substituição da força pela civilização e, neste caso, a religião permitiria estruturar e organizar o Estado. Por outro lado, a religião tinha a função de manter a coletividade. Esta valorizava a relação cívica, favorecia a militarização e a sociabilidade, trazendo glória ao meio cívico (AMES, 2006. p.55).

Por contraste, na Roma cristã, o que se pode notar é exatamente o contrário; para compreender como o povo romano se tornou tão corrompido e sem religião é necessário analisar o seu passado. Antes das conquistas romanas, os povos europeus defendiam a liberdade de forma obstinada, com governos livres como numa república; o povo antigo tinha grande amor pela liberdade, ao contrário da Roma cristianizada. Para Maquiavel, a diferença está na religião, sua religião, a religião da Roma cristã, tinha enfatizado mais a boa humildade e o desprendimento das coisas mundanas, enquanto que a religião antiga enfatizava as grandezas, a força do corpo, e todas as coisas que faz o ser humano mais forte (STRAUSS, 1987. p.309).

E se tal república fosse mantida nos primórdios da república cristã, em conformidade com o que foi ordenado por seu legislador, os estados e as repúblicas cristãs seriam mais unidos, mais felizes do que são (...) haja vista que os povos mais próximos da Igreja romana, capital da nossa religião, são os que têm menos religião (*Discursos*, p.55).

São duas as críticas que Maquiavel faz nos *Discursos*. Os maus exemplos da corte pontifícia e a forma como seus membros mantêm a Itália dividida. Se os príncipes, ou o papa romano, houvessem mantido a nação cristã conforme os ensinamentos do seu fundador, os estados cristãos estariam muito mais unidos. A crítica de Maquiavel não alveja a religião em si; ao contrário, a religião é o fundamento de um bom Estado. O problema está na corrupção da religião, principalmente dos seus líderes. A corrupção da Igreja faz o povo italiano perder a sua devoção religiosa e, assim, surgem infinitas desordens e conflitos. A preocupação principal de Maquiavel tem em mira uma Itália unificada, próspera e forte (DRI, 2000. p.104-105).

A Roma cristã entrou em decadência simplesmente por não observar esses assuntos. Embora, Roma fosse o centro religioso do cristianismo, a verdadeira ironia é que, por meio dos maus exemplos, seus cidadãos estão se tornando o povo menos religioso da Europa e o mais corrupto e, desse modo, perdendo a sua liberdade, vendo seu território invadido por seus vizinhos (SKINNER, 1998. p.92). As

críticas de Maquiavel coincidem com as críticas de Savonarola, na sua busca por reformar e purificar a Igreja, porém, Maquiavel se interessa pelo poder político da religião. Sua admiração por Savonarola reside na capacidade deste em persuadir os florentinos (Assunto que será discutido mais adiante). Para Maquiavel, a religião pode construir, junto com boas leis e armas, uma boa república. Assim, a república que se interessa viver sem a corrupção dos seus costumes, deverá cuidar da pureza da sua religião e suas cerimônias. A ruína de uma república consiste, pois, no desaparecimento do culto divino.

O interesse pela religião como fenômeno sociológico tem como objetivo conservar e aperfeiçoar o Estado. Para os cidadãos, a religião representava sua identidade, e atacar a religião é o mesmo que atacá-los, pois quando estes perdem sua religião, perdem também a sua identidade (DRI, 2000. p.106-108). Maquiavel demonstra de forma muito clara como a religião pode redundar em benefício para um império, assegurando sua grandeza e liberdade, quando aplicada de forma correta; ou em sua destruição, quando aplicada de forma incorreta. Importa, agora, ver como a aplicação correta da religião pode beneficiar um império.

4. A RELIGIÃO COMO INSTRUMENTO POLÍTICO NO PENSAMENTO DE MAQUIAVEL

Para nosso pensador, imitar o pensamento e ações virtuosas dos povos antigos faz manter a virtude. Portanto, toda surpresa em questões políticas e militares, tanto para príncipes, como para repúblicas, outra solução não tem senão os exemplos dos antigos. Disso não resultaria tanto no enfraquecimento que a religião tinha levado ao seu tempo, ou a que o ócio tinha levado muitas cidades e países cristãos, por compreender de forma insuficiente a história antiga, especialmente a história de Tito Lívio.

As consequências das crenças religiosas do tempo de Maquiavel é que a imitação dos antigos não se tornou apenas difícil, mas impossível, ainda que parecesse absurdo a Maquiavel constatar que a ordem natural e a própria natureza humana continuassem as mesmas que antigamente. Ele descobriu que a imitação dos modos e ordens antigas não era observada, exatamente porque era contrária à religião do seu tempo. Maquiavel compreende que as virtudes antigas deviam ser imitadas pelos homens do seu tempo, porém sua religião ensinava que a imitação das virtudes antigas era impossível, ou que seriam moralmente impossíveis, que as

virtudes antigas, ou pagãs, eram apenas vícios. Sua intenção nos *Discursos* não é apenas apresentar a história antiga, mas reabilitar as virtudes antigas contra as críticas da religião cristã (STRAUSS, 1987. p.306-307).

Os romanos aprenderam a utilizar a religião como instrumento político de forma admirável. Alison Brown (BROWN, 2010) remete ao juízo maquiaveliano, segundo o qual todo legislador sábio afirma a autoridade de Deus, porque, caso contrário, toda lei não poderia ser aceita. Quando o temor de Deus está ausente, o reino entra em decadência e o príncipe é substituído. O medo, o temor de Deus, seria o principal mestre nessa situação, como descrito no *Príncipe* (p.85): “o temor é mantido pelo medo de ser punido, o que nunca termina”. Roma incutia temor e a superstição em seu povo, para fins políticos, através de suas cerimônias – isto é fato! A religião era um instrumento político de grande valor e Maquiavel admirava o modo como os romanos utilizavam a religião por seu valor político (BROWN, 2010. p.166).

Para Ames, a religião como instrumento político desenvolveria duas funções dentro da sociedade: a função de coerção e a de persuasão. O **aspecto coercitivo** da religião dependia da intervenção prudente do príncipe para levar o povo à obediência civil. Assim, a religião desenvolve um papel importantíssimo para comandar, sem recorrer à violência; neste caso, quando o apelo racional é insuficiente, entra em cena o aspecto transcendental da religião, ou até mesmo o sentimento religioso, considerado irracional, o qual se converte num meio eficiente para a conservação do Estado. Sob esse aspecto, a religião, descrita como irracional, torna-se poderosa sobre o espírito do povo, mais que a razão. No caso dos juramentos, por exemplo, estabelece uma ligação entre o medo íntimo dos deuses e a responsabilidade pública de caráter político. A dimensão religiosa expressa um caráter especificamente político, em que o povo é coagido pelo juramento a servir às leis, demonstrando a sua eficácia em civilizar o povo (AMES, 2006. p.55-61). Com relação a esse aspecto coercitivo da religião, Maquiavel narra, nos *Discursos*, como um tribuno, conhecido como Terêncio, foi derrotado pela nobreza por meio da religião, quando tentava promulgar uma lei:

Em primeiro lugar, foram consultados os livros sibílicos, que se interpretou de modo a profetizarem que naquele ano a cidade estaria sob ameaça até mesmo de perder a liberdade caso houvesse discórdia interna. Embora descoberto pelos tribunos, o embuste provocou um tal terror entre os populares que congelou todo o seu ardor por seguir a proposta de Terêncio (*Discursos*, p. 64).

Essa passagem demonstra de forma muito clara o poder que a religião desenvolvia na mentalidade do povo romano. Neste aspecto, a religião poderia ser usada para inspirar, ou até mesmo aterrorizar o povo. Os generais romanos, antes de entrarem para batalha, consultavam os augúrios, para verificar a viabilidade das suas ações militares. Assim, suas tropas lutavam seguras e animadas. Maquiavel admirava a forma como os romanos usavam a religião para suscitar o terror no povo, e assim gerar uma *virtù* jamais alcançada de outra forma. A idéia é que uma comunidade que possua o temor de Deus devia buscar naturalmente a glória cívica (SKINNER, 1998. p.91-92).

A partir da perspectiva de Maquiavel, quanto ao uso político da religião, a diferença entre a compreensão do príncipe, em relação à religião, e o povo é que aquele vê a religião apenas como um instrumento político, enquanto que este a vê como temor sagrado, que obriga a respeitar preceitos legais e normas humanas como se fossem divinas. A crítica que Maquiavel faz essa questão é que se a religião for utilizada apenas como interesse particular de um príncipe, sua ação nunca será louvada; sua aceitação, quanto à função política da religião, só será louvada em Maquiavel, se resultar em benefício coletivo, em bem comum para todos. De certa forma, o próprio povo suspeita quando os oráculos começam a profetizar em favor dos nobres, perturbando a ordem social. Assim, quando a religião privilegia somente os interesses privados, perde o vínculo com o povo, entrando em decadência o *vivere civile* (cf. AMES, 2006. p.56, 63.). Outro aspecto da religião, como instrumento político, é a sua **função persuasiva**, ou retórica que, para demonstrar sua eficácia, dependerá da ação prudente do príncipe, ou república. Recorrer à religião para fundamentar o discurso era uma estratégia muito utilizada pelos antigos, para ordenar novas leis, comandar exércitos e outros empreendimentos. Nesse aspecto, o poder retórico do discurso está vinculado à imagem do político, que deve saber simular, persuadir as pessoas acerca das suas ações. Numa, escreve Maquiavel, “simulou ter intimidade com uma Ninfa que o aconselhava sobre o que ele tinha de aconselhar o povo”³. Para efetivar o seu discurso, a autoridade deve apoiar-se na religião; pois “nunca houve ordenador de leis extraordinárias, em povo nenhum, que não recorresse a Deus”⁴. Quando uma autoridade se apresenta como sendo capaz de manter contato com os deuses, sua

³ *Discursos*, p. 38.

⁴ *Ibidem*.

atividade como legislador alcançará outro nível, pois seu discurso não será mais objeto de julgamento. O contato com os deuses o transforma num mediador entre deuses e homens, pois sua imagem é envolvida pela divindade, tornando o seu poder persuasivo irresistível. Em Florença, o Frei Girolamo Savonarola fascinou de tal forma os florentinos com sua retórica religiosa, que embora estes não fossem grosseiros, aceitaram suas idéias políticas e religiosas (ADVERSE, 2009: 93-94).

O poder do discurso é mais eficiente com homens rudes do que com homens civilizados; contudo, homens civilizados também podem ser persuadidos a aceitar uma nova ordenação, especialmente se o fundador for hábil para convencê-los de que essa nova ordenação é vantajosa. Por outro lado, se a persuasão não for suficiente para fazer as pessoas aceitarem uma nova ordenação política, o fundador pode declarar que essa nova ordenação é inspirada por Deus, como fez Savonarola (VIROLI, 2010: 102). Este se apoderou perfeitamente dessa função persuasiva, apoiado pela retórica religiosa, conseguindo convencer os florentinos de que falava com Deus. Maquiavel descreve como os florentinos foram persuadidos por Savonarola: “acreditaram sem ter visto nada de extraordinário que os levasse a crer: porque sua vida, sua doutrina, e o assunto que falava eram suficientes para que lhe dessem fé”⁵. Novamente, percebe-se que a imagem do ator político, ou religioso, é fundamental para efetivar seu discurso. A vida, doutrina e o assunto apresentado pelo Frei Girolamo Savonarola foram capazes de levar os florentinos a crer sem que tivessem qualquer evidência extraordinária de que este homem tratava diretamente com Deus. Embora Maquiavel detestasse algumas idéias apresentadas por Savonarola, tais como: o apelo para o grande Conselho Veneziano como modelo, o grande desejo de purgar Florença para que esta pudesse apresentar-se como a Nova Jerusalém na vinda do apocalipse, seu discurso político e religioso apresentado foi digno de nota, por fascinar um grande grupo de florentinos (cf. COLISH, 2009: 600).

Savonarola conseguiu manter os florentinos sujeitos a sua palavra profética e Maquiavel, conquanto consciente da habilidade de persuasão do religioso para despertar renovação na crença religiosa, não se convencia de que sua força persuasiva fosse suficiente para fundar um Estado e governar um povo. Maquiavel observa, no *Príncipe* (p. 33);

⁵ *Discursos*, p. 39.

...que a natureza dos povos é volúvel: É fácil persuadi-los de alguma coisa, mas é difícil mantê-los persuadido. Convém organizar-se de modo a que, quando não acreditam mais, possa-se fazê-lo acreditar à força.

Por essa razão, Savonarola, embora mantivesse os florentinos sujeitos a sua palavra profética, foi arruinado em sua nova ordem logo que a multidão não acreditou mais em suas palavras; assim, não possuía outra forma para manter os incrédulos. Essas passagens, freqüentemente citadas, não indicam que a persuasão deva ser considerada menos importante para ação política. Maquiavel reconhece os limites da persuasão, porém, também está convencido de que o poder do discurso é indispensável para a fundação, preservação e renovação do Estado. Profetas desarmados se arruinaram, mas somente as armas não são suficientes para *civilizar* um povo (ver VIROLI, 2010: 101-102)

Para Maquiavel, a Roma antiga foi grande porque era efetivamente uma república: os desacordos entre os nobres e o povo deram origem a novas leis; as instituições fortaleceram a disciplina e a liberdade. Ao contrário, a Roma cristã, dominada pela Igreja cristã, é marcada pelo despotismo; esta que deveria ser a fundadora da democracia, converte-se em verdadeira perturbadora da paz. A fundamentação teológica que dá autoridade ao papa fora descrita já por Marsílio de Pádua como uma causa sofista⁶.

A grandeza da religiosidade da Roma antiga estava em não a restringir ao valor meramente instrumental dos que governavam. A religião correspondia às necessidades do povo, e este conseguia reconhecer o seu valor. Mas, a Roma cristã se apoderou do caráter persuasivo da religião, corrompendo o seu valor e a sua virtude. A análise empreendida por Maquiavel põe lado a lado a religião antiga e a cristã. A Roma cristã descrita por Maquiavel apresenta apenas vícios, dá pouca ênfase às honras divinas, deixando o povo fraco. Esta seria a causa da sua perda de liberdade. Então, o problema, tanto da corrupção quanto do enfraquecimento, reside na incapacidade dos líderes religiosos, os quais interpretam a religião segundo o ócio, não segundo a virtude. Partindo da perspectiva de que a religião é um instrumento político, útil para organizar e manter um Estado, sua legitimidade e eficácia será uma questão de interpretação, pois é o seu valor retórico que irá determinar a ação política. Maquiavel propõe que toda religião deva atender às

⁶ Assim, em DRI, 2000. p.104, 110.

necessidades seculares, que o seu fim seja apenas político, cuja forma mais elevada é o amor à pátria (AMES, *op. cit.*, p.64-66).

O interesse principal está no sentimento desenvolvido pela religião, que estimulava o povo a ser virtuoso. Dessa forma, todo governante deve contribuir para o bem da religião. Maquiavel declara que, julgadas as ações da religião romana, esta deve ser mais aceita que a fé cristã. O cristianismo deveria ser interpretado de acordo com a *virtù* romana, para a melhor defesa do Estado cristão. Sua doutrina valoriza a vida humilde e contemplativa, desapego às coisas humanas, em detrimento da grandeza de ânimo, e da força do corpo (SKINNER, 1998. p.93).

Se a religião cristã não voltar para o seu início, ou a princípios como os de São Francisco, a religião cristã pode extinguir-se totalmente da mente do povo. O exemplo do Cristo, que a religião impôs na mente dos homens, já está se extinguindo. Tais ensinamentos devem ser pregados para que o povo possa aprender a temer a punição de Deus, que a renovação levada a cabo por franciscanos e dominicanos mantenha a religião, restaurando o cristianismo primitivo (STRAUSS, 1987. p.310). Há um apelo à esperança de punição para os chefes da Igreja, que atualmente vivem impunes, aproveitando-se das dissensões causada pela divisão italiana que eles mesmos causaram. O contrário se dava com a religião pagã, aplicada à aquisição do bem comum, cujos líderes estavam submetidos às exigências políticas e sob risco constante de punição caso excitassem tumultos entre as massas. O caminho que a religião deve seguir é o mesmo que o das outras instituições do Estado: voltar ao início; esse eterno retorno ao princípio é uma exigência inevitável que brota do processo histórico de toda instituição (ver AMES, 2006. p.68-69).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A religião consiste, para Maquiavel, a base para o crescimento ou declínio de um império. A religião deve produzir este temor de Deus, capaz de civilizar o povo e assegurar a liberdade. A educação religiosa pode assegurar a grandeza de uma república, mas, ao contrário, sua corrupção pode arruinar uma república. Na Roma antiga, a religião era utilizada para tornar os homens mais fortes e corajosos; seus líderes políticos compreenderam perfeitamente como fazer uso da religião para alcançar o bem comum. A religião permitia a Roma antiga realizar empreendimentos incríveis, inimagináveis sem o auxílio da religião. Na Roma moderna, a ênfase concentrava na boa humildade e no desprendimento das coisas mundanas. São duas as críticas que Maquiavel faz à Roma moderna: os maus exemplos da corte pontifícia, e a forma como os membros desta mantêm a Itália desunida. Se não houvesse tal corrupção, a Itália seria muito mais unida e feliz.

Então, desses dois modelos de aplicação da religião, apresentados por Maquiavel, somente o modelo da Roma antiga poderia ser imitado, pois traria *glória* e *virtude* para o príncipe que a seguisse. Assim, a religião, como instrumento político, desenvolveria uma dupla função: uma **coercitiva**, cuja aplicação dependeria da prudência do príncipe, podendo levar o povo à obediência civil, sem recorrer à violência; outra **persuasiva**, cujo objetivo seria manter o povo unido aos juramentos do Estado. Maquiavel propõe que toda religião deve atender às necessidades seculares e que o seu fim seja apenas político, cuja forma mais elevada é o amor à pátria.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVERSE, Helton. *Maquiavel: política e retórica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

AMES, J. L. Religião e política no pensamento de Maquiavel. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 113, p.51-72, jan.-jul. 2006.

BROWN, Alison. Philosophy and religion in Machiavelli. In: NAJEMI, John M. (ed.). *The Cambridge Companion to Machiavelli*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p.157-172.

COLISH, Marcia L. Republicanism, Religion, and Machiavelli's Savonarolan Moment. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 60, No. 4, p.597-616, oct. 1999.

DRI, Rubén. *Fortuna y virtud em la república democrática. Ensayos sobre Maquiavelo*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

ADAMS, Ian, DAYSON, R. W. *Cinquenta pensadores políticos essenciais: da Grécia antiga aos dias atuais*. Tradução: Mario Pontes. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

MACCHIAVELLI, Niccolò. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*. In: _____. *Tutte le opere*, I, a cura di M. Martelli, Firenze, Sansoni, 1971.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O Príncipe*. Tradução: Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Jorge Pinheiro do. *Teologia e política; Paul Tillich, Enrique Dussel e a experiência brasileira*. São: Fonte Editorial, 2006.

SAVONAROLA, Girolamo. *Tratado sobre o regime e o governo da cidade de Florença*. Tradução de Maria Aparecida Brandini de Boni e Luís Alberto de Boni. Petrópolis: Vozes, 1991.

SKINNER, Quentin. *Maquiavelo*. 3. ed. Tradução de Manuel Benavides. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

STRAUSS, Leo. Nicholas Machiavelli. In: STRAUSS, Leo, CROPSEY, Joseph. *History of Political Philosophy*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

VIROLI, Maurizio. *Machiavelli's God*. Translated by Antony Shugaar. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

SASSO. G. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Milão/Nápoles: Riccardo Ricciardi Editore, 1987-1997. 4 v.

CUTINELLI-RÈNDINA, E. *Chiesa e religione in Machiavelli*. Pisa e Roma: Istituto Editoriali e Poligrafici Internazionali, 1998.